

Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Clube de Saúde Administradora, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Apresentação

Com 9 anos de atuação no mercado, a Clube de Saúde é uma administradora de benefícios especializada em planos de saúde regionalizados com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nº 41929-0. Atualmente ela administra uma carteira com 9 operadoras de planos de saúde do país.

Um dos grandes diferenciais da Clube de Saúde é oferecer cobertura e qualidade de atendimento e preços acessíveis.

Política de Destinação dos Lucros

A Empresa, de acordo com as disposições estatutárias, estabeleceu que do lucro apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, a Provisão para o Imposto sobre a Renda e os Prejuízos Acumulados. A Administração por deliberação dos sócios, decidiu-se que o lucro líquido poderá ser:

- Distribuído aos sócios, sendo admitida a distribuição desproporcional de lucros; ou
- Retido, total ou parcial, em conta de lucros suspenso ou de reservas, ou capitalizado.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Tivemos dois anos de muitos desafios para a Clube de Saúde, foram dois anos de uma pandemia no Brasil que ocasionou algumas mudanças. Em 2022 a Clube de Saúde decidiu retomar a volta ao escritório, mas agora operando em modelo híbrido, onde os colaboradores vão somente duas vezes por semana ao escritório. O trabalho remoto foi impulsionado e amadurecido pela pandemia e cabe ressaltar que diante desta nova rotina a empresa buscou aperfeiçoar os seus dispositivos de monitoria e controle de forma a manter altos índices de performance em seus departamentos, pois o distanciamento social exigiu maior conectividade e colaboração entre as equipes.

Da mesma forma, tivemos cuidado e atenção especial com nossos clientes, evitando que percebessem, por imposição da nova dinâmica de trabalho, qualquer redução na qualidade de nosso atendimento. Mantivemos todos os nossos índices de excelência e atendimento levando aos nossos clientes a melhor experiência na gestão de seus planos de saúde. Mesmo com todos os obstáculos impostos, 2022 foi marcado por conquistas importantes na consolidação da empresa e na sua estratégia de crescimento. O Relatório Anual traz informações sobre o progresso de nossa Visão, parte das nossas estratégias e demais apontamentos.

Durante o último ano, demos continuidade ao processo de profissionalização, buscando aprimorar e implementar as melhores práticas em todos os setores da empresa como alavanca de suporte ao nosso crescimento.

Reorganização societária

Em 1 de outubro de 2021, 98,81% das cotas da Empresa que pertenciam a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp Benefícios), foram transferidas para a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

Em 2022 não houve mudança.

Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte

A Empresa vai priorizar uma melhor alocação de capital ao longo de 2023, com objetivo de aumentar significativamente sua geração de caixa livre através de: i) racionalização dos investimentos e incentivos aos canais; ii) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os de caráter discricionário, com busca por maior eficiência operacional; iii) melhora no capital de giro; e iv) otimização da estrutura tributária.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

Não houve.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Empresa afirma que ao final do ano de 2022, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e ela não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em conformidade com as normas das ANS.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Conselho de Administração da
Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

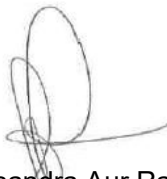
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda
CRC SP-034519/O



Alessandra Aur Raso
CRC SP-248878/O

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		82.703	30.133
Disponível	7	38.883	4.597
Realizável		43.820	25.536
Aplicações Financeiras	8	7.095	6.437
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	6.603	7.262
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	9	6.603	7.262
Créditos Tributários e Previdenciários		5.504	4.828
Bens e Títulos a Receber	10	24.618	7.009
ATIVO NÃO CIRCULANTE		50.790	66.532
Realizável a Longo Prazo		23.779	34.128
Créditos Tributários e Previdenciários	12	1.057	3.109
Depósitos Judiciais e Fiscais		581	357
Bens e Títulos a Receber	10	22.141	30.662
Imobilizado		62	2
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		-	2
Direito de uso de arrendamento	17	62	-
Intangível		26.949	32.402
	13		
TOTAL DO ATIVO		133.493	96.665

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		42.353	21.544
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		38.413	12.498
Contraprestações / Prêmios a Restituir		1.094	1.328
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	15	6.593	6.267
Débitos de Operações de Administração de Benefícios	14	30.726	4.903
Provisão para IR e CSLL		1.301	1.172
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		420	420
Débitos Diversos	16	2.219	7.454
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		13.385	19.527
Débitos Diversos	16	9.538	16.867
Provisões		3.847	2.660
Provisões para Tributos Diferidos		1.608	174
Provisões para Ações Judiciais	18	2.239	2.486
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.755	55.594
Capital Social	19	45.133	39.002
Reserva de Capital		2.895	2.895
Reservas de Lucro		29.727	13.697
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		133.493	96.665

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		64.869	63.358
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		69.421	67.821
Receitas com Administração		69.421	67.821
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.552)	(4.463)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(25.863)	(41.045)
Receitas com Outras Operações de Planos de Assistência à Saúde		105	-
Outras Receitas Operacionais		2.789	494
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(28.651)	(41.419)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	20	(22.491)	(21.363)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(6.160)	(20.056)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(106)	(120)
RESULTADO BRUTO		39.006	22.313
Despesas Administrativas	21	(20.614)	(18.281)
Despesas de Comercialização		-	(5)
Resultado Financeiro Líquido	22	4.013	(3.462)
Receitas Financeiras		10.410	3.218
Despesas Financeiras		(6.397)	(6.680)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		22.405	565
Imposto de Renda	23	(1.838)	(1.357)
Contribuição Social	23	(670)	(497)
Impostos Diferidos	23	(3.487)	(291)
Participações sobre o Lucro		(14)	(14)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		16.396	(1.594)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16.396	(1.594)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	16.396	(1.594)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Integralizado	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Reserva de Capital	Lucro/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		39.002	-	1.129	20.522	2.486	-	63.139
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	(1.594)	(1.594)
Distribuição de Lucros		-	-	-	(6.360)	-	-	(6.360)
Ágio na Emissão de Cotas		-	-	-	-	409	-	409
Absorção de Prejuízo com Reserva de Lucros		-	-	-	(1.594)	-	1.594	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		39.002	-	1.129	12.568	2.895	-	55.594
Ajuste por adoção de Norma Contábil		-	-	-	(8)	-	-	(8)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022		39.002	-	1.129	12.560	2.895	-	55.586
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	16.396	16.396
Integralização de Capital		6.131	(6.131)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6.058	-	-	-	-	6.058
Distribuição de Lucros		-	73	-	-	-	(360)	(287)
Constituição de reserva legal	19	-	-	820	-	-	(820)	-
Dividendo adicional proposto	19	-	-	-	15.216	-	(15.216)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		45.133	-	1.949	27.776	2.895	-	77.753

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Plano de Saúde	613.264	610.824
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	2.501	641
(+) Outros Recebimentos Operacionais	1.091	47.020
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(546.452)	(566.449)
(-) Pagamentos de Pessoal	(1.170)	(1.929)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros	(5.037)	(683)
(-) Pagamentos de Tributos	(6.819)	(11.797)
(-) Pagamentos de Aluguel	(64)	(111)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade	-	(143)
(-) Aplicações Financeiras	(331)	(251)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(26.926)	(63.093)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	30.058	14.029
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(-) Pagamentos relativos ao ativo intangível	(1.543)	(32.108)
(-) Outros pagamentos das atividades de investimento	-	(270)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.543)	(32.378)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	6.058	-
(-) Pagamentos de Participações no Resultado	(270)	(6.090)
(-) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos / Financiamentos / Leasing	(17)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	5.771	(6.090)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	34.285	(24.439)
Caixa - saldo inicial	4.597	29.036
Caixa - saldo final	38.883	4.597
Ativos livres no início do ano (*)	4.597	29.036
Ativos livres no fim do ano (*)	38.883	4.597
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	34.286	(24.439)

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAUDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações Gerais

a) Contexto operacional

A Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (“Clube de Saúde” ou “Empresa”), é uma Sociedade Limitada, constituída em 7 de outubro de 2013, com sede em São Paulo - SP, controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Grupo Qualicorp”), cujo objeto social é atuar como “administradora de benefícios”, conforme as Resoluções Normativas nº 195, de 14 de julho de 2009 da Agência de Saúde Suplementar (“ANS”), sem a assunção do risco da operação, atuando ou não como estipulante na contratação coletiva de planos, representando e prestando serviços para pessoas jurídicas contratantes de planos privados de assistência à saúde, coletivos, participantes e beneficiários de planos de assistência à saúde e odontológico, que tenham aderido à contratos coletivos por adesão. A autorização de funcionamento está registrada sob o nº 419.290.

As operações são conduzidas pela Empresa através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

i. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528.

Através da RN 528 de 29 de abril de 2022, a ANS sustentou a posição de adotar a partir de 2023 o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e de não adotar ICPC22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

ii. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, quando aplicável, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas no ato da transação em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

iii. Adoção Inicial de novas normas

i) CPC 06 (R2) - Arrendamentos – Mensuração e Reconhecimento

O pronunciamento CPC 06 (R02) foi emitido e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2019, e aprovado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) através da Resolução Normativa Nº 528, de 29 de abril de 2022 e passou a vigorar em 1 de junho de 2022, com seus efeitos aplicados ao saldo de abertura nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual.

A referida norma estabelece critérios para evidenciar, em balanço patrimonial, os compromissos assumidos em contratos de arrendamento, em contrapartida a um ativo de direito de uso do correspondente bem arrendado.

A Empresa adotou o CPC 06 (R2) aplicando os saldos na abertura das demonstrações financeiras, utilizando o método retrospectivo com efeito cumulativo, abordagem simplificada, sugerido pela norma, utilizando o saldo de pagamentos remanescentes. As informações comparativas não são reapresentadas.

Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de arrendamento em 1º de janeiro de 2022. A Empresa optou por utilizar taxa de desconto única para contratos de características semelhantes, diferenciadas pelo prazo do contrato. A taxa aplicada ao passivo de arrendamento pela Empresa é de 12,64% ao ano.

CPC 47 - Receita de contrato com clientes – Mensuração e Reconhecimento

O pronunciamento CPC 47 foi emitido e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2018, e aprovado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) através da Resolução Normativa Nº 528, de 29 de abril de 2022 e passou a vigorar em 1 de junho de 2022, com seus efeitos aplicados ao saldo de abertura nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual.

A Empresa adotou o CPC 47 aplicando os saldos na abertura das demonstrações financeiras, utilizando o método retrospectivo modificado com efeito cumulativo.

A norma estabelece que os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, passaram a ser capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira, gerando impacto no resultado da Empresa.

ii) Impactos estimados da adoção das normas CPC 47 e CPC 06 (R2) na data de abertura das demonstrações financeiras:

Balanco Patrimonial	Divulgado			Adoção de Normas
	31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)	01/01/2022
Créditos tributários (a)	4.828	1	1	4.830
Imobilizado	2	-	129	131
Intangível	32.402	4	-	32.406
Ativo	37.232	5	130	37.367
Débitos Diversos (Arrendamento - circulante)	-	-	103	103
Débitos Diversos (Arrendamento - não circulante)	-	-	40	40
Patrimônio líquido	55.594	5	(13)	55.586
Passivo e patrimônio líquido	55.594	5	130	55.729

a) Refere-se a imposto de renda diferido.

Adicionalmente, para fins de comparação, demonstramos abaixo os impactos da adoção do CPC 06 (R2) e CPC 47 na demonstração de resultado caso a data de aplicação da norma fosse 1º de janeiro de 2021.

Demonstração do Resultado	Divulgado		Após adoção de normas	
	31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)	31/12/2021
Despesas administrativas	(18.281)	-	39	(18.242)
Despesas de comercialização	(5)	4	-	(1)
Resultado Financeiro	(3.462)	-	(21)	(3.483)
Impostos diferidos	(291)	1	(31)	(321)
Lucro líquido	(1.594)	5	(13)	(1.602)

3 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

I. Princípios gerais:

Os ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passou a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas, se aplicável.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

I. Disponível, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras

Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata, incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento não exclusivos dedicados à ANS como ativo garantidor e aplicações financeiras não consideradas como de liquidação imediata.

Conforme política interna, as aplicações financeiras como um todo centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais o estipulante é a Empresa) são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Empresa), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo “Créditos de administração de benefícios” em contrapartida às contas de passivos de “Débitos de administração de benefícios” (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de “contraprestações /prêmios a restituir” (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica “Receita antecipada de contraprestações/prêmios”.

II. Provisão para perdas sobre créditos

Nas operações em que a Empresa assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

I. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

III. Arrendamentos

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R\$20.

A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

I. Intangível

Está representado principalmente: (i) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; (ii) acordo de não competição; e (iii) pelas licenças de softwares e softwares em uso, pagos a terceiros; (iv) pelo custo de obtenção com novos contratos.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

IV. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. A principal receita é a Receita de taxa de administração, taxa essa que corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

V. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

VI. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Já as provisões cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

4 Principais Estimativas e Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Entidade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão.

5 Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, conforme segue:

Créditos de operações de administração de benefícios e demais ativos e passivos financeiros

Estima-se que os valores contábeis dos créditos de operações de administração de benefícios, títulos e créditos a receber, e das contas a pagar (contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios, débitos de operações de administração de benefícios e débitos diversos) estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo para a realização dessas operações.

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021
	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado		Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Empréstimos e recebíveis		Empréstimos e recebíveis	

Ativos financeiros:

Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	35.873	-	-
Aplicações financeiras	-	7.095	-	6.437
Créditos de operações de administração de benefícios	6.603	-	7.262	-
Bens e títulos a receber - ativo circulante e não circulante	46.759	-	37.671	-
Depósitos judiciais e fiscais - ativo não circulante	581	-	357	-

Passivos financeiros:

Receita antecipada de contraprestações/prêmios	6.593	-	6.267	-
Contraprestações/Prêmios a restituir	1.094	-	1.328	-
Débitos de operações de administração de benefícios	30.726	-	4.903	-
Débitos diversos - circulante e não circulante	11.757	-	24.321	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua.

- Nível 2 – Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento.
- Nível 3 - Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

	31/12/2022	31/12/2021
	Nível 1	Nível 1
Aplicações financeiras de liquidez imediata	35.873	-
Aplicações financeiras	7.095	6.437

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Empresa não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas exposições ou para especulação.

Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa efetua operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Empresa ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar este risco, a Clube de Saúde adota como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 60 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3. IV.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 60 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Ativo circulante	7	35.873	-
Aplicações financeiras vinculadas	Ativo circulante	8	7.095	6.437
Total superávit líquido			42.968	6.437

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e nº 8.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com debêntures.

Em 31 de dezembro de 2022, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$315 (R\$80 em 2021).

Risco de capital

A Clube de Saúde administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Capital base

O Capital Base, regulamentado pela RN 526 a partir de junho de 2022, estabelece uma regra que define o montante a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização.

Na apuração do capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez, é determinado pela região de comercialização da operadora e pelo seguimento.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital base calculado é de R\$1.876 (R\$1.548 em 2021), estando em conformidade com a norma vigente.

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos regulamentados na RN 526 de junho de 2022.

Conforme exposto no artigo 9 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta Resolução Normativa.

Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos:

- i) A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital base;
- ii) A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e a margem de solvência;
- iii) A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2022 o PLA calculado é de R\$50.805 (R\$23.192 em 2021), estando enquadrado na respectiva instrução normativa.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

Descrição	Menos de seis meses R\$
Débitos diversos - circulante e não circulante	11.757
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	6.593
Contraprestações/Prêmios a restituir	1.094
Débitos de operações de administração de benefícios	30.726
Total	50.170

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor:

A Empresa iniciou o exercício 2022 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2022, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
CPC 15	Combinação de negócios: Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente emitida em 2018. Ela também inclui no CPC 15 o alinhamento dos conceitos de obrigações assumidas em linha com o previsto no CPC 25, mantendo para o comprador a aplicação dessa norma para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19 – Tributos, o comprador aplica essa norma para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: as alterações esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do “custo incremental” podem ter o valor de suas

Normas	Descrição da alteração
	provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 27	Ativo Imobilizado: a alteração não permite que uma entidade deduza do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 37	Adoção inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: simplifica a aplicação da norma por uma subsidiária que adote o pela primeira vez após sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023:

Normas	Descrição da alteração
CPC 50	Contrato de Seguro: essa norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. Administração concluiu que não teremos impactos para a Empresa por não estarem relacionadas ao nosso modelo de negócio.
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: a emenda substituiu o requerimento de divulgação de "políticas contábeis significativas" pela exigência de divulgar suas "políticas contábeis materiais", além de adicionar orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. A Empresa concluiu que não teremos impactos devido a essas mudanças.
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a emenda altera a definição "mudança de estimativas contábeis" para "estimativas contábeis". A Empresa concluiu que não teremos impactos devido a essa mudança.
CPC 32	Tributos sobre o Lucro: as alterações esclarecem que ao ocorrer o reconhecimento de um ativo e passivo em transações que afetem o lucro contábil ou lucro tributável ou das origens a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis deve reconhecer um passivo ou ativo fiscal diferido. A Empresa concluiu que não teremos impactos com tais mudanças.

Normas que estão em vigor, mas não foi adotado, pois não houve aprovação da ANS

CPC 48 O CPC 48 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não foi adotado, pois não houve aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Na avaliação realizada, a Empresa entende que o impacto dessa norma será:

- a) Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como “Empréstimos e Recebíveis” devem ser classificados como “Custo Amortizado”;
- b) Com relação ao novo modelo de impairment, a Empresa entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de “perdas incorridas” e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das “perdas de crédito Impactos da adoção das normas contábeis

Caso o CPC 48 fosse aprovado pela agência reguladora, teríamos os seguintes ajustes nas demonstrações da Empresa:

Balanco Patrimonial	2022	2021
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	(2.663)	(2.504)
Créditos tributários (a)	920	873
Ativo	(1.743)	(1.631)
Patrimônio líquido	(1.743)	(1.631)
Passivo e patrimônio líquido	(1.743)	(1.631)
Demonstração do Resultado	2022	2021
Provisão para perdas sobre créditos	(2.663)	(2.504)
Impostos diferidos	920	873
Lucro líquido	(1.743)	(1.631)

- a) Trata-se de imposto de renda diferido.

Não existem outras alterações, revisões, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas em relação às já divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 que possam, na avaliação da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa até o presente momento.

7 Disponível

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Operações compromissadas	35.873	-
Bancos conta depósito - movimento – país	3.009	4.597
Total	38.883	4.597

8 Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento ANS (*)	7.095	6.437
Total	7.095	6.437

(*) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 29 de abril de 2022 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos.

9 Créditos de Operações de Administração de Benefícios

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/ risco de inadimplência	6.603	7.262
Total	6.603	7.262

Cronograma de Vencimentos – Aging List

Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Empresa nos respectivos vencimentos das faturas. O resumo por idade de prêmios a repassar é:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	341	543
Vencidos:		
Até 30 dias	4.792	4.603
De 31 a 60 dias	1.470	2.116
Total	6.603	7.262

Provisão para perdas sobre créditos - Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	-	2.020
Perdas Efetivas	(6.160)	(22.076)
Saldo no fim do exercício	(6.160)	(20.056)

- a) A Empresa ao longo de 2021 reverteu os valores de perda esperada que foram reconhecidos em 2020 com base na provisão das contraprestações registradas no ativo sobre a suspensão do reajuste.

10 Bens e Títulos a Receber

Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Valores a identificar - Operadoras/seguradoras (*)	24.416	6.815
Outros	202	194
Total	24.618	7.009

Não Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Valores a identificar - Operadoras/seguradoras (*)	22.141	30.662
Total	22.141	30.662

(*)Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa. Os riscos dessa operação são mensurados e reconhecidos ao final de cada ano ao resultado, para esse saldo atuais não há risco de perda em 31 de dezembro de 2022.

Em 2022, a Empresa identificou a necessidade de efetuar uma provisão para perda no valor de R\$ 140 referente a prêmios repassados para as operadoras e seguradoras de saúde, vide processo de riscos de créditos mencionado na nota explicativa nº 5 a).

11 Partes Relacionadas

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações Intercompany (i)	-	491	1.472	2.028
Operações de mútuo (ii)	-	9.504	-	16.867

- i) Trata-se de valores alocados em bens e títulos a receber no ativo e débitos diversos no passivo relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.
- ii) Refere-se a contrato de mútuo realizado com a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A, atualizado com juros de 3,5% ao ano e correção monetária com base no CDI. Com data de vencimento em 30 de janeiro de 2024.

Abaixo segue quadro com as movimentações de partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Clube de Saúde	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Clube de Saúde	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
Serviços corporativos e rateios (i)	(6.312)	6.312	(3.632)	3.632
Atualização de mútuo	(2.637)	2.637	-	-

- i) O grupo de despesas administrativas concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas do Grupo Qualicorp, realizada substancialmente pela Holding (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

Quanto a pessoal chave da administração, a Empresa não possui despesas de remuneração de administradores em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

12 Créditos tributários e previdenciários – ativo não circulante

Conforme o pronunciamento técnico CPC 32, segue a composição:

	Clube	
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo (*)	1.057	3.109
Imposto de renda e contribuição social diferidos – líquidos	1.057	3.109

(*) Referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados principalmente sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa passou a contabilizar créditos tributários diferidos, como segue:

Composição do imposto de renda e da contribuição social – ativo

Item	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis - valor de curto prazo	-	1.135
Prov. para riscos - parcela relativa a empresas e/ou períodos sujeitos ao regime de tributação lucro real	779	863
Ajuste Adoção de Novas Normas	19	-
Outras provisões	258	1.111
Total dos créditos tributários	1.056	3.109

Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. A seguir, apresentamos a estimativa de realização desses créditos, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros:

Ano	Clube	
	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	3.109
2023	1.056	-
Total	1.056	3.109

O valor presente do total dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 757 para a Empresa, calculado pela taxa SELIC, tendo em vista o prazo estimado de realização das diferenças temporárias.

13 Intangível

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Amortização Acumulada	Saldo	Custo	Amortização Acumulada	Saldo
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades (a)	5	56.483	(29.543)	26.940	53.146	(21.837)	31.309
Acordo de não competição	20	7.198	(7.198)	-	7.198	(6.118)	1.080
Softwares e softwares em desenvolvimento	20	29	(22)	7	29	(16)	
Comissão de Obtenções de Vendas	40	4	(2)	2	-	-	
Total		63.714	(36.765)	26.949	60.373	(27.971)	32.402

	Saldo 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo 31/12/2022
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades (*)	31.309	3.337	(7.706)	26.940
Acordo de não competição	1.080	-	(1.080)	-
Softwares e softwares em desenvolvimento	13	-	(6)	7
Comissão de Obtenções de Vendas	-	4	(2)	2
Total	32.402	3.341	(8.794)	26.949

(*) Contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações e outras avenças entre a Clube de Saúde com Clube Care Brasil Administradora de Benefícios LTDA., celebrado em 01 de setembro de 2022 no montante R\$ 3.337, está sendo amortizado por um período de 60 meses de acordo com o prazo de vigência do contrato.

14 Débitos de Operações de Administração de Benefícios

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor é de R\$30.726 (R\$4.903 em 31 de dezembro de 2021) correspondente a faturas de seguro-saúde a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas, independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram substancialmente efetuados até 31 de janeiro de 2023.

15 Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Antecipações de prêmios de seguros e de processamento de cobrança (a)	6.593	6.262
Antecipações de taxa de administração	-	5
Total	6.593	6.267

- a) Referem-se e a recebimentos antecipados de cobrança de beneficiários de contratos de planos e seguros-saúde. O montante arrecadado é repassado às operadoras e seguradoras quando do vencimento das respectivas faturas. Os valores foram, substancialmente, repassados às operadoras e seguradoras até o dia 31 de janeiro de 2023.

16 Débitos Diversos

Circulante:	31/12/2022	31/12/2021
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (a)	1.157	1.581
Reembolso de despesas a pagar	507	2.028
Obrigações com pessoal	134	110
Devolução a Beneficiários	127	851
Arrendamentos (b)	24	-
Honorários Advocatícios	-	2.666
Outros	270	218
Total do Circulante	2.219	7.454

Não Circulante:	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Mútuo (c)	9.504	16.867
Arrendamentos (b)	34	-
Total do Não Circulante	9.538	16.867
Total Geral	11.757	24.321

- a) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa.
- b) Ver nota explicativa nº 17 b).
- c) Referem-se a saldo de transações com empresas ligadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

17 Arrendamentos

a) Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação no período é composta como segue:

	31/12/2022
Saldo inicial	-
Adoção inicial de norma	129
Reajustes e renovações contratuais	3
Adição direito de uso (novos contratos)	68
Depreciação no período	(109)
Baixa de arrendamentos	(29)
Saldo no fim do período	62

b) Arrendamentos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação no período é composta como segue:

	31/12/2022
Saldo inicial	-
Adoção inicial de norma	143
Reajustes e renovações contratuais	3
Adição direito de uso (novos contratos)	68
Juros apropriado no período	9
Baixa de arrendamentos	(101)
Pagamentos realizados	(64)
Saldo no fim do período	58
Circulante	24
Não circulante	34

c) Demonstração de resultado

No decorrer do período foram registrados os seguintes montantes em resultado:

- i) Juros sobre atualização do passivo de arrendamento totalizam R\$ 9.
- ii) As depreciações dos arrendamentos totalizam R\$ 109.
- iii) Em virtude das remensurações e baixas do passivo de arrendamento e consequente baixas de ativo, tivemos um efeito líquido no resultado de R\$ 72.

18 Provisões Para Ações Judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, para as quais, com base na opinião de advogados externos/internos e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022
Cíveis (a)	1.675	349	(464)	1.560
Regulatório - ANS (b)	799	60	(192)	667
Trabalhistas e previdenciárias (c)	12	-	-	12
Total	2.486	409	(656)	2.239

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2022:

- A Empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$1.560 (R\$ 1.675 em 2021), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. Avaliados como possível êxito em R\$1.099 (R\$1.243 em 2021) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (ii) ações e cobrança de prestadores médicos referente a glosas de faturamento; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material.
- A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$ 667 (R\$ 799 em 2021) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão. Não há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível.
- A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$ 12 (R\$12 em 2021). Não há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível.

19 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Empresa é de R\$45.133 (R\$39.002 em 31 de dezembro de 2021), representado por quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) onde a participação dos quotistas da Empresa é a seguinte:

Quotistas	31/12/2022	31/12/2021
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A	44.596.041	38.538.000
Antônio Carlos Braga dos Santos	537.084	464.125
Total	45.133.125	39.002.125

Reserva legal

A Empresa destina 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação da reserva legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados, seguindo as mesmas práticas contábeis das demais empresas do Grupo Qualicorp para manter a uniformidade contábil. Em 31 de dezembro de 2022 o valor da reserva legal é de R\$1.949 (R\$1.129 em 31 de dezembro de 2021), constituindo, R\$820 no ano de 2022.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos serem imputados ao dividendo obrigatório.

Segue abaixo quadro que será levado para aprovação dos sócios na proposta da distribuição de dividendos de 2022 com pagamento até 31 de dezembro de 2023.

Destinação do Lucro Líquido	2022	2021
Lucro líquido do exercício	16.396	(1.594)
Antecipação de dividendos intercalares no exercício	(360)	-
Constituição de reserva legal	(820)	-
% dos dividendos intercalares sobre o lucro líquido do exercício	2,20%	-
Dividendo proposto a pagar	15.216	-

20 Outras Despesas de operações de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos (Perdas) operacionais (a)	(13.616)	(11.992)
Provisão para perdas operacionais (b)	(140)	-
Repasse financeiros de contratos de adesão (b)	(5.537)	(5.648)
Prejuízo na boletagem (c)	(3.445)	(2.174)
Provisão (reversão) de provisões para riscos	247	(619)
Outras despesas	-	(930)
Total	(22.491)	(21.363)

- Trata-se de diferenças temporárias com seguradoras/operadoras derivadas do gerenciamento financeiro entre a relação de beneficiários constantes nos sistemas internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar.
- Conforme nota explicativa nº 10.
- Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão.
- Refere-se a prejuízo nas operações de administração de planos, onde beneficiários adquiriram planos contratados com benefícios que são assumidos pela Empresa.

21 Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depreciações e amortizações	8.902	7.371
Gastos com pessoal	5.800	4.681
Gastos com serviços de terceiros	3.977	3.670
Processos judiciais	723	371
Gastos com localização e funcionamento	355	963
Outras despesas administrativas	857	1.225
Total	20.614	18.281

22 Receitas (Despesas) Financeiras

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Atualização monetária sobre acordo com operadoras	4.218	512
Rendimentos com aplicações financeiras	3.151	795
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	3.042	1.911
Total de receitas financeiras	10.410	3.218
Despesas financeiras:		
Despesas Bancárias	(5.983)	(5.920)
Descontos concedidos	(383)	(634)
Outras despesas	(31)	(126)
Total de despesas financeiras	(6.397)	(6.680)
Resultado financeiro	4.013	(3.462)

- a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Empresa nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.

23 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	22.391	551
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(7.613)	(187)
Perdas com créditos incobráveis	(90)	(2.199)
PAT em dobro	96	40
Mútuo	897	193
Outros	715	8
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(5.995)	(2.145)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	26,77%	389,29%

24 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social e após participações	22.391	551
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	8.902	7.369
Provisão de Reajuste	-	731
Perda por redução ao valor recuperável	(72)	-
Provisão (reversão) para riscos	(247)	758
	30.974	9.409
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Redução (aumento) de Créditos de operações de administração de benefícios	659	(1.876)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	-	55
Aumento (redução) Provisão para IR e CSLL	940	4.428
Aumento de Débitos de operações de administração de benefícios	25.823	4.079
Redução (aumento) de Contraprestações / Prêmios a restituir	(234)	41
Aumento (redução) de Bens e títulos a receber	(9.088)	(12.367)
Redução (aumento) de débitos diversos	(14.465)	21.257
Aumento (redução) de Receita antecipada de contraprestações / prêmios	326	1.269
Redução de créditos tributários e previdenciários	(676)	(4.818)
Redução de depósitos judiciais	(224)	(112)
Redução (aumento) de aplicações financeiras	(658)	(225)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	33.377	21.140
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.319)	(7.111)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	30.058	14.029

25 COVID-19

A Empresa não identificou, até o momento, riscos significativos de não continuidade de nossas operações em um futuro previsível, levando em consideração todas as informações atualmente disponíveis.

26 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 29 de março de 2023 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2022, quando aplicável.

Elton Hugo Carlucci
Diretor Presidente

Eduardo Ribeiro Farias de Oliveira
Diretor

Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto
Diretor Financeiro e de Relações
com o Investidor

Adriana Ricardo Arrais
Contadora - CRC. 1SP213332/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código A359-EA53-6E9F-8C4A.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A359-EA53-6E9F-8C4A> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A359-EA53-6E9F-8C4A



Hash do Documento

7489AFBF1DB372554427282E8DB6E646EE97E0765B1C8260CD00BAC747FD5CB6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2023 é(são) :

Adriana Ricardo Arrais - ***.929.108-** em 30/03/2023 18:00

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

